



Revista de Saúde Pública

ISSN: 0034-8910

revsp@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

Martin, Denise; Andreoli, Sérgio Baxter; Quirino, José; Nakamura, Eunice
Noção de significado nas pesquisas qualitativas em saúde: a contribuição da antropologia
Revista de Saúde Pública, vol. 40, núm. 1, enero-febrero, 2006, pp. 178-180
Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67240151026>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Cartas ao Editor

Letters to the Editor

Noção de significado nas pesquisas qualitativas em saúde: a contribuição da antropologia

Notion of meaning in health qualitative research: the Anthropology contribution

São Paulo, 1 de setembro de 2005.

Prezado Editor,

O artigo do professor Turato⁴ (*Rev Saúde Pública* 2005;39(3):507-14) é um passo importante na divulgação das pesquisas qualitativas em saúde, muitas vezes mal compreendidas. Ao nosso ver, o objetivo do professor foi tratar de maneira didática e sistematizada os principais referenciais teórico-metodológicos da abordagem qualitativa. O objetivo desta carta é salientar um aspecto, que nos parece importante, mas que não foi tratado no artigo.

Um aspecto que merece uma discussão mais aprofundada é a noção de significado, amplamente utilizado nas pesquisas qualitativas. Como cita o autor (p. 509): “O significado tem função estruturante: em torno do que as coisas significam, as pessoas organizam de certo modo suas vidas, incluindo seus próprios cuidados com a saúde”.⁴

A idéia do significado, na perspectiva antropológica, pressupõe a interação entre pensamento e experiência, ancorada em um referencial teórico, não se confundindo com o senso comum ou com aquilo que é apreendido da realidade imediata. Tratada pelo senso comum, a noção de significado perde a riqueza de seu potencial explicativo da realidade.

A Antropologia, que vem tratando direta e indiretamente de questões relacionadas à saúde, preocupa-se também com o significado que os diferentes grupos ou coletividades dão aos processos de adoecimento. Evans-Pritchard,¹ por exemplo, estudou os rituais de cura nas sociedades africanas nos anos 1930.

Para a Antropologia, a idéia de significado não pode estar dissociada do conceito de cultura. Para Geertz² (1989) a cultura deve ser compreendida no seu aspecto simbólico, como uma característica inerente do ser humano. A cultura é “a teia de significados que o homem teceu, a partir da qual ele olha o mundo e onde se encontra preso”.

O trabalho do antropólogo é desvendar esta teia de significados, tanto no trabalho de campo (observação etnográfica e entrevistas em profundidade) como na análise dos dados obtidos. Oliveira³ (1996) mostra como o fazer antropológico (olhar, ouvir e escrever) deve ser posto teoricamente. Ou seja, a realidade observada ou tratada teoricamente é devidamente iluminada pelo itinerário acadêmico do pesquisador. São os “óculos teóricos” do pesquisador que vão direcionar o olhar sobre o objeto de estudo, caracterizando este olhar não como neutro, que se confundiria com o senso comum, mas como uma perspectiva ampliada e aprofundada sobre aquela realidade. No trabalho do antropólogo, portanto, a pesquisa e a análise não se restringem à simples interpretação dos relatos das pessoas sobre o sofrimento (físico ou mental).

Oliveira³ (1996) ressalta que talvez o que torne o texto etnográfico mais singular, quando o compararmos com outros devotados à teoria social, é a articulação que ele busca fazer entre o trabalho de campo e a construção do texto.

Trata-se de uma interpretação das interpretações, como afirma Geertz² (1989). Ou seja, o componente qualitativo presente na pesquisa antropológica não se refere à descrição pura e simples da realidade ou da interpretação que as pessoas elaboram acerca dela, mas consiste essencialmente em empregar atos, fatos, falas

e interpretações para formar um modelo lógico que seja explicativo dessa realidade, na maioria das vezes

inacessível aos indivíduos. Nesse contexto é que se compreendem as significações.

Denise Martin,
Sérgio Baxter Andreoli,
José Quirino

Departamento de Psiquiatria, Universidade
Federal de São Paulo

Eunice Nakamura
Escola de Enfermagem, Universidade de São
Paulo

REFERÊNCIAS

1. Evans-Pritchard EE. Os nuer. São Paulo: Perspectiva; 1978.
2. Geertz C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC; 1989.
3. Oliveira RC. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Rev Antropol (São Paulo)* 1996;39(1):13-37.
4. Turato ER. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Rev Saúde Pública* 2005;39(3):507-14.

RESPOSTA DO AUTOR

Campinas, 29 de setembro de 2005.

Prezado Editor,

Tem sido auspicioso o expressivo interesse do leitor acadêmico pelos estudos das metodologias da investigação das pesquisas qualitativas em áreas da saúde, o que vem se evidenciando, por exemplo, através do número de visitas a recente artigo de nossa autoria, encontrável on-line na *Revista de Saúde Pública*. Estando disponível na internet desde 1/7/2005, o trabalho “*Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa*”⁵ passou a ocupar o primeiro lugar no ranking dos artigos mais consultados deste prestigioso periódico. Já nos meses julho-setembro, considerando os três artigos mais acessados, o link das estatísticas registrou-lhe a soma de 2.077 visitas, ficando os textos seguintes com 1.253 e 1.155 consultas no mesmo período.

Neste contexto, o presente escrito quer fazer profícuia interlocução com o apropriado subsídio teórico intitulado “*A noção de significado nas pesquisas qualitativas: a contribuição da Antropologia*”, de autoria

dos prezados colegas Martin, Andreoli, Quirino e Nakamura e que faz conexão com nosso citado artigo. O aspecto proposto para uma discussão mais aprofundada veio associado à questão dos *significados*, os quais são *simbólicos* e ganham uma função estruturante na vida psicológica e sociocultural das pessoas. Símbolos exercem papel central na vida humana. As pessoas se organizam, ainda que não o saibam (relações, a princípio, não são claras à consciência), não em torno das “coisas” propriamente ditas (sentimentos, idéias, assuntos, vivências, fenômenos, manifestações, ocorrências, fatos, eventos, etc.), mas em torno daquilo que tais fenômenos representam para elas – individual ou coletivamente. Temos conhecimento de algo simbólico para o Homem quando lhe desvendamos processos, tais como os do inconsciente psíquico ou os subjacentes à cultura. Por decorrência, para se promover ajudas e intervenções eficazes, por exemplo, a indivíduos e populações de sadios ou doentes, deve-se conhecer e interpretar os significados que estes atribuem aos problemas vivenciados no processo saúde-doença.^{6,7}

Para as Ciências do Homem, é crucial o conceito de *símbolo*. Numa perspectiva epistemológica, pesquisar nesta grande área passa a ser uma busca de interpretações da polissemia dos achados nos *settings* sob estudo. Ao contrário da pesquisa nas *Ciências da Natureza*, nas quais se busca idealmente a univocidade

(pesquisadores distintos, em lugares distintos e em momentos distintos deveriam dar um mesmo sentido a certa proposição científica), nas *Humanidades* temos o interesse pela multiplicidade dos significados. Daí, irmos então da psicanálise à antropologia, da psicologia à sociologia, da lingüística às ciências da educação, da história às ciências econômicas, e assim por diante, tentando esgotar estes campos teóricos de diversos propósitos e nos quais a verdade, assim considerada, será o consenso alcançado na inter-subjetividade pesquisadores-pesquisados.

Por sua vez, qualquer que seja o ramo do conhecimento científico – dentro das ciências naturais ou humanas –, sabemos que os alvos finais não são a descrição dos fenômenos em si e, muito menos, o relato das idéias do senso comum. Este último, em particular, não passa de um conjunto de opiniões aceitas de modo acrítico como se verdadeiras fossem. Não é o observado imediato que traz o corte da novidade, mas sim o *imaginado pela criatividade* da mente humana. Por exemplo, na Psicanálise, não é o dito, mas é o *não-dito* (o qual se “cola” no primeiro) que traz as verdades do sujeito. Assim, disciplinas científicas são academicamente reconhecidas na medida que buscam e apresentam uma *ordem*

invisível – freqüentemente o avesso do imediato apreendido.

Em outro contexto, bem acentuou Marx: toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente.³ Num conceito rigoroso, o fim da pesquisa é precisamente a elaboração da *teoria*: é um discurso a dar voz àquelas relações não pegas pelo olhar comum.¹ Neste espírito, naquele artigo em foco já se esclarecia, em sua Tabela 1, na linha “Estratégia da discussão”, que, como ocorre em qualquer área do conhecimento e com o emprego de qualquer método, a discussão/interpretação em um empreendimento científico propõe uma existência de relações não-visíveis entre os elementos colhidos pelo investigador.

Acreditando naquilo que se ouve e naquilo que se vê, como sendo suficientes para o entendimento humano crítico, cairíamos no infiusto *positivismo*: reconhecer como regra fundamental que apenas as proposições redutíveis ao enunciado de um fato pudesse oferecer sentido real e inteligível. Pior: aceitar que a imaginação deva perder sua supremacia, subordinando-a sempre a certa observação (passiva), ingenuamente suposta como neutra.²

Egberto Ribeiro Turato

Laboratório de Pesquisa Clínico-Qualitativa,
Unicamp (erturato@unicamp.br)

REFERÊNCIAS

1. Alves RA. Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Loyola; 2000.
2. Comte A. Discurso sobre o espírito positivo. São Paulo: Abril Cultural; 1983.
3. Marx K. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural; 1988.
4. Rezende AM. A investigação em psicanálise: exegese, hermenêutica e interpretação. In: Silva MEL, coordenador. Investigação e psicanálise. Campinas: Papirus; 1993. p. 103-18.
5. Turato ER. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Rev Saúde Pública* 2005;39(3):507-14.
6. Turato ER. Introdução à metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: definição e principais características [periódico on-line]. *Rev Port Psicosomática* 2000;2(1):93-108.
7. Turato ER. Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas. Petrópolis: Vozes; 2003.